



AZ@BXL

Número: 206 Data: 2021.12.17

No título: *Pôr do sol*, Madalena, Açores.

Fotografia de: Raquel Silveira

Destaques:

[Declaração conjunta da UE sobre as prioridades legislativas para 2022](#)

[Relatório da Comissão Europeia relativo à aplicação do POSEI entre 2015 e 2019](#)

[Comunicação da Comissão Europeia sobre os Ciclos de Carbono Sustentáveis](#)

[Horizonte Europa: Abertura de convite a novas Missões UE no valor de 673 milhões de euros](#)

[Atribuídos 186 milhões de euros para a promoção de produtos agrícolas da União Europeia em 2022](#)

[Conclusões do Conselho Europeu de 16 de dezembro](#)





Conselho do Ambiente

Os ministros do Ambiente da União Europeia irão analisar na próxima segunda-feira, dia 20 de dezembro, o [Relatório intercalar da Presidência Eslovena do Conselho sobre o pacote "Objetivo 55"](#) e o [Relatório intercalar da Presidência Eslovena do Conselho sobre os progressos nos dossiês relativos ao ambiente do pacote "Objetivo 55"](#). Ademais, os ministros procederão a uma troca de pontos de vista sobre [a Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030](#), apresentada pela Comissão Europeia no passado dia 17 de novembro.

A estratégia propõe, segundo a Comissão Europeia, a criação de um quadro com medidas concretas para a proteção, recuperação e utilização sustentável dos solos e um conjunto de medidas de natureza voluntária e juridicamente vinculativa. Visa aumentar o teor de carbono dos solos em terras agrícolas, combater a desertificação, restaurar as terras e os solos degradados e conseguir que, até 2050, todos os ecossistemas do solo estejam em bom estado. Todos estes debates poderão ser acompanhados [aqui](#) ("Objetivo 55" [a partir das 9h45](#) de Bruxelas; Estratégia de Proteção do Solo [a partir das 15h](#) de Bruxelas).

22 de dezembro



Programa Horizonte Europa – Alteração ao Programa de Trabalho de 2021/2022

A Comissão Europeia anunciou [19 novos convites](#), no valor de 673 milhões de euros, que são dedicados ao lançamento de Missões da UE. Os convites publicados [centram-se](#) em várias áreas, tais como: apoio a regiões e comunidades nos seus desafios de adaptação às alterações climáticas; desenvolvimento de novos métodos e tecnologias no rastreio e deteção precoce do cancro; restauração dos ecossistemas marinhos e de água doce e da biodiversidade; manutenção de cidades justas, sustentáveis, resilientes e neutras para o clima; validação e desenvolvimento de indicadores para a saúde do solo; entre outros. O primeiro convite a novas rondas das Missões da UE será aberto a 22 de dezembro de 2021 e o segundo será aberto a 11 de janeiro de 2022. **Realizar-se-ão em janeiro (18 e 19) duas [jornadas informativas](#) respeitantes à temática em apreço.**

Os novos convites resultam da [alteração ao programa de trabalho Horizonte Europa para 2021-2022](#), aumentando o orçamento total para 15,4 mil milhões de euros. Isto representa um aumento de 723 milhões de euros em comparação com o orçamento original de 14,7 mil milhões de euros. Deste aumento, 673 milhões de euros serão dedicados a missões da UE, enquanto 50 milhões de euros serão dedicados a ações em matéria de clima, energia e mobilidade.

As missões são uma novidade no programa Horizonte Europa e também um conceito original na política da UE, reunindo vários serviços da Comissão sob a autoridade de nove membros do Colégio de Comissários. Fornecem um mandato para alcançar objetivos específicos num determinado período de tempo.

1 de janeiro



O papel do voluntariado na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

O objetivo da conferência é [reafirmar](#) o importante papel social e económico do voluntariado no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e destacar que, tendo em vista os crescentes desafios sociais que as autoridades dos Estados-Membros da UE muitas vezes são incapazes de enfrentar, os voluntários podem desempenhar um papel efetivo no alcance dessas metas, atendendo às necessidades sociais de forma mais celere e com mais eficiência do que as instituições públicas.

21 janeiro 2022



Consulta pública sobre o “Bem-estar dos animais — revisão da legislação da UE”

Segundo a Comissão Europeia, esta [iniciativa](#) visa atualizar as regras da UE em matéria de bem-estar dos animais, a fim de reforçar o papel das recentes análises científicas, alargar o seu âmbito de aplicação e torná-las mais fáceis de aplicar, aumentando, de um modo geral, o nível de bem-estar dos animais na UE. O período de consulta vai de 15 outubro 2021 a 21

janeiro 2022. A Comissão Europeia planeia apresentar uma proposta de regulamento sobre o bem-estar animal (incluindo o transporte) no quarto trimestre de 2023.

7 de março



Período de consulta pública: Rotulagem dos alimentos

Como parte da sua Estratégia "Do Prado ao Prato" e do Plano Europeu contra o Cancro, a Comissão Europeia [abriu](#) um período de consulta pública (com questionário) sobre a revisão da legislação relativa à informação alimentar aos consumidores. O objetivo é reformular a legislação da UE e apresentar, até ao final de 2022, uma proposta legislativa ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros. As quatro áreas abrangidas pela revisão são: introduzir uma rotulagem nutricional obrigatória normalizada na frente da embalagem; alargar a informação obrigatória sobre a origem ou proveniência de certos produtos; rever as regras relativas à indicação das datas («consumir até» e «consumir de preferência antes de»); perfil nutricional.



Ambiente

Comissão Europeia propõe um novo quadro da UE para descarbonizar os mercados de gás, promover o hidrogénio e reduzir as emissões de metano

A Comissão Europeia [adotou](#) um conjunto de propostas legislativas para descarbonizar o mercado do gás da UE, facilitando a absorção de gases renováveis e com baixo teor de carbono, incluindo o hidrogénio, e para garantir a segurança energética de todos os cidadãos da Europa. A União Europeia precisa de descarbonizar a energia que consome para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030 e tornar-se neutra para o clima até 2050, e estas propostas ajudarão a cumprir esse objetivo. As propostas da Comissão (regulamento e diretiva) criam as condições para a passagem do gás natural fóssil para gases renováveis e com baixo teor de carbono, em particular o biometano e o hidrogénio, e reforçam a resiliência do sistema de gás. Um dos principais objetivos é estabelecer um mercado para o hidrogénio, criar o ambiente certo para investimentos e permitir o desenvolvimento de uma infraestrutura dedicada, inclusive para o comércio com terceiros países. As regras de mercado serão aplicadas em duas fases, antes e depois de 2030, e abrangem, nomeadamente, o acesso às infraestruturas de hidrogénio, a separação da produção de hidrogénio e as atividades de transporte e a fixação de tarifas. Será criada uma nova estrutura de governação sob a forma de Rede Europeia de Operadores de Rede de Hidrogénio (ENNOH) para promover uma infraestrutura dedicada ao hidrogénio, a coordenação transfronteiriça e a construção de redes de interconectores e elaborar regras técnicas específicas.

Comissão Europeia apresenta guia para uma transição justa para a neutralidade climática

A Comissão [emitiu](#) orientações políticas para uma transição justa e inclusiva para a neutralidade climática, a fim de complementar o pacote sobre a concretização do Pacto Ecológico Europeu apresentado em julho passado. A proposta de [recomendação do Conselho](#) estabelece orientações específicas para ajudar os Estados-Membros a conceber e implementar pacotes de políticas que garantam uma transição justa para a neutralidade climática, abordando de forma abrangente os aspetos sociais e de emprego relevantes relacionados com a transição. A proposta presta especial atenção à abordagem das necessidades das pessoas e famílias que são altamente dependentes de combustíveis fósseis e podem ser as mais afetadas pela transição verde, e convida os Estados-Membros a otimizarem o uso do financiamento público e privado e a trabalharem em estreita cooperação como parceiros sociais. Equidade e solidariedade são os princípios que caracterizam o Pacto Ecológico Europeu. Ações políticas para apoiar as pessoas e a sua participação ativa são essenciais para uma transição de sucesso. Com as ações e políticas corretas em vigor, a transição verde tem potencial para criar mais 1 milhão de empregos até 2030 na UE e cerca de 2 milhões de empregos até 2050. Ao mesmo tempo, é importante garantir que a UE e os seus Estados-Membros continuem a melhorar as suas capacidades para antecipar as mudanças e prestar apoio específico às regiões, indústrias, trabalhadores e famílias que enfrentam os desafios futuros.

Pacto Ecológico Europeu: Propostas da Comissão para remover, reciclar e armazenar carbono de forma sustentável

A Comissão [adotou](#) uma Comunicação sobre Ciclos de Carbono Sustentáveis, que estabelece como aumentar as remoções de carbono da atmosfera. Para equilibrar os impactos das nossas emissões de CO₂, a UE precisará de reduzir drasticamente a sua dependência do carbono fóssil, aumentar as fontes de retenção na natureza e promover soluções industriais para remover e reciclar o carbono de maneira sustentável e verificável. Remover e armazenar mais carbono da atmosfera, dos oceanos e das zonas húmidas costeiras é essencial para cumprir o compromisso juridicamente vinculativo da UE de se tornar neutro para o clima até 2050. A comunicação visa também desenvolver iniciativas de carbono azul, uma vez que a utilização de soluções baseadas na natureza em zonas húmidas costeiras e aquicultura regenerativa, proporciona mais benefícios para a regeneração dos oceanos, produção de oxigénio e segurança alimentar. Até o final de 2022, a Comissão irá propor um quadro regulamentar da UE para a certificação de remoções de carbono com base em regras e requisitos de contabilidade de carbono sólidos e transparentes para monitorar e verificar a autenticidade e integridade ambiental das remoções de carbono sustentáveis de alta qualidade. Essas regras fornecerão o arcabouço jurídico necessário para ampliar o cultivo de carbono e as soluções industriais para a remoção de carbono da atmosfera.



Agricultura

UE continua a apoiar fortemente a promoção de produtos agroalimentares sustentáveis em 2022

Para 2022, foram atribuídos à promoção dos produtos agroalimentares da UE, dentro e fora do seu território, no total, 185,9 milhões de euros. À semelhança de 2021, o [programa de trabalho no âmbito da política de promoção](#) do próximo ano centra-se nos produtos e práticas agrícolas que apoiam os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, como a produção biológica da UE, a fruta e os produtos hortícolas, a agricultura sustentável e o bem-estar dos animais.

A política de promoção cofinanciará campanhas em consonância com as ambições do Pacto Ecológico Europeu, apoiando objetivos da [Estratégia do Prado ao Prato](#), do [Plano Europeu de Luta contra o Cancro](#), do [Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica](#) e da [Comunicação](#) sobre a iniciativa de cidadania europeia «Fim da era da gaiola». Essas campanhas informarão os consumidores europeus e do resto do mundo sobre a agricultura biológica, a agricultura sustentável da UE e a contribuição do setor agroalimentar para a ação climática e a proteção do ambiente. No interior da UE, as campanhas promoverão uma alimentação saudável e regimes alimentares equilibrados, graças a um aumento do consumo de fruta e de produtos hortícolas frescos.

No que diz respeito às campanhas realizadas fora da UE, é dada prioridade aos mercados com elevado potencial de crescimento, como o Japão, a Coreia do Sul, o Canadá e o México. Prevê-se que as campanhas selecionadas contribuam para intensificar a concorrência e o consumo de produtos agroalimentares da UE, bem como para aumentar a sua visibilidade e a sua parte de mercado nos países visados.

Os convites à apresentação de propostas para as campanhas de 2022 serão publicados no início desse ano, organizando a Comissão Europeia o habitual evento anual *Info Day on Calls for Proposals* nos próximos dias 1 e 2 de fevereiro. A [agenda provisória](#) já se encontra disponível e já é possível proceder à [inscrição](#). O prazo fecha a 28 de janeiro de 2022.

Avaliação sobre o Impacto da Política Agrícola Comum no Desenvolvimento Territorial das Zonas Rurais

A Comissão Europeia publicou uma avaliação referente ao [Impacto da Política Agrícola Comum no Desenvolvimento Territorial das Zonas Rurais](#). Segundo o executivo europeu, a “PAC contribui para um desenvolvimento equilibrado das zonas rurais da UE”, acrescentando que “a pobreza e o abandono das terras seriam mais pronunciados na ausência da Política Agrícola Comum (PAC), embora a carga administrativa limite a eficácia do apoio da PAC nas zonas rurais.”

Com base num estudo de apoio, nas respostas a uma consulta pública e numa análise adicional realizada pela Comissão, a avaliação é relevante para a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, que visa permitir às zonas rurais tirar o máximo partido do seu potencial e apoiá-las a enfrentar as alterações demográficas, o risco de pobreza e o acesso limitado aos serviços. A avaliação mostra que as medidas da PAC são globalmente eficazes para promover um desenvolvimento equilibrado nas zonas rurais da UE, contribuindo para quase 50% do rendimento agrícola nas zonas mais marginais e remotas e para a modernização e crescimento da produtividade agrícola. Embora a PAC seja eficaz no reforço da viabilidade agrícola e no apoio à manutenção das explorações nas zonas rurais, a distribuição desigual do apoio limita a eficácia da PAC na redução das disparidades económicas entre os agricultores e as diferentes zonas.

O apoio da PAC tem um efeito de arrastamento significativo na economia rural em geral, especialmente nas regiões menos desenvolvidas, nomeadamente graças ao LEADER e ao apoio aos serviços básicos e à renovação das aldeias nas zonas rurais que visam a população rural em geral. O financiamento da PAC também gera valor acrescentado bruto e emprego nas zonas rurais em toda a UE, e contribui para a renovação geracional. A avaliação conclui que a pobreza, o abandono da terra e o declínio rural seriam mais pronunciados na ausência da PAC, destacando um claro valor acrescentado da UE. Contudo, a

atratividade das zonas rurais, especialmente para os jovens agricultores, depende também muito das infraestruturas e serviços de transportes e comunicações, sobretudo em zonas remotas, e há espaço para melhorias no que diz respeito à coerência e sinergias com outros fundos da UE, bem como com as políticas nacionais e regionais.

Relatório da Comissão Europeia relativo à aplicação do regime de medidas específicas para a agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União (POSEI)

A Comissão Europeia [adotou um novo relatório](#) sobre a aplicação do regime POSEI, abrangendo o período entre 2015 e 2019.

O relatório conclui que o POSEI: garantiu o abastecimento de produtos agrícolas; ajudou a manter a atividade agrícola nas regiões ultraperiféricas, mas regista uma diminuição do emprego agrícola em algumas regiões ultraperiféricas; contribuiu para apoiar setores específicos, embora com resultados diferentes para cada setor.

O relatório não considera necessária qualquer modificação do atual Regulamento POSEI. No entanto, os relatórios anuais elaborados pelos Estados-Membros devem ser melhorados para avaliar melhor a evolução agrícola nas regiões ultraperiféricas e se os objetivos POSEI foram alcançados. Além disso, o relatório também sublinha que as medidas propostas devem ser coerentes com os novos objetivos da Política Agrícola Comum (PAC).

Em conformidade com o Regulamento POSEI (UE) n.º 228/2013, a Comissão publica esses relatórios de execução ao Parlamento Europeu e ao Conselho de cinco em cinco anos, sendo o último relatório publicado em dezembro de 2016.



Coesão Interna e Solidariedade

NextGenerationEU: Para financiar a recuperação, a Comissão Europeia emitirá 50 mil milhões de euros em obrigações de longo prazo até junho de 2022

Com base no êxito das operações de contração de empréstimos, em junho de 2021, destinadas a financiar a recuperação através do *NextGenerationEU*, e em consonância com a sua estratégia para uma comunicação aberta e transparente aos mercados financeiros, a Comissão Europeia [anunciou](#) os seus planos de emissão para cobrir as necessidades de financiamento no âmbito do *NextGenerationEU* para o primeiro semestre de 2022. O plano prevê a emissão de 50 mil milhões de euros de obrigações da UE a longo prazo entre janeiro e junho de 2022, que serão complementadas por títulos de curto prazo da UE («EU-Bills»). Nessa base, a Comissão poderá continuar a cobrir todos os pagamentos devidos ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e de todos os outros programas no âmbito do instrumento de recuperação *NextGenerationEU* durante o período em causa. O atual plano de financiamento baseia-se nas previsões mais recentes para as futuras necessidades de pagamentos no âmbito do *NextGenerationEU*. Dado que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência — que representa 90 % dos pagamentos ao abrigo do *NextGenerationEU* — é um instrumento baseado no desempenho, e que os pagamentos em 2022 dependerão do cumprimento dos objetivos intermédios e metas dos planos nacionais de recuperação e resiliência dos Estados-Membros, as necessidades de financiamento e o calendário dos pagamentos poderão variar. Quaisquer alterações serão comunicadas ao mercado de forma atempada e transparente.

Comissão Europeia decide sobre pedidos de registo de duas novas iniciativas de cidadania europeia

A Comissão Europeia decidiu [registar](#) uma iniciativa de cidadania europeia intitulada «Green VAT — Um IVA verde da UE para estimular produtos e serviços sustentáveis e ecológicos». Os organizadores da iniciativa instam a Comissão a propor um ato jurídico com o objetivo de «reduzir a taxa de IVA aplicável aos produtos e serviços ecológicos». Os organizadores instam a Comissão a propor reduções desse imposto na Europa para os produtos ecológicos, produzidos de forma sustentável e respeitadora do ambiente, de modo a apoiar a proteção do mesmo. Uma vez que a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) apresentada preenche as condições necessárias, a Comissão considera que é legalmente admissível.

Nesta fase, a Comissão ainda não analisou o mérito da iniciativa. Também, a Comissão foi obrigada a recusar o registo da «Iniciativa EVE para a criação do direito de decidir». A iniciativa insta a Comissão a apresentar uma proposta para a introdução de um novo direito fundamental que estabeleça um «sistema de democracia direta» ao nível das instituições da União, onde os cidadãos poderão decidir, «de forma coesa», «sobre assuntos comuns ou públicos», exercendo assim em conjunto a «soberania popular». A consecução deste objetivo só pode ser alcançada por meio de uma alteração dos Tratados. Porém, o Regulamento (UE) 2019/788 somente permite iniciativas que solicitem à Comissão que proponha, no âmbito das suas competências, atos de direito derivado para execução dos Tratados. A recusa seguiu-se a um procedimento em duas fases, no qual os organizadores, numa primeira fase, foram convidados a alterar a sua iniciativa inicial, tendo em conta a primeira avaliação da Comissão.

Pacto Ecológico Europeu: Comissão propõe estimular a renovação e descarbonização de edifícios

A Comissão propôs [alinhar](#) as regras para o desempenho energético dos edifícios com o Pacto Ecológico Europeu e descarbonizar o parque imobiliário da UE até 2050. Esta proposta irá facilitar a renovação de casas, escolas, hospitais, escritórios e outros edifícios em toda a Europa para reduzir emissões de gases com efeito de estufa e faturas de energia, melhorando a qualidade de vida de milhões de europeus.

A revisão da diretiva de desempenho energético de edifícios traduz a [“Estratégia para uma Vaga de Renovação”](#) da Comissão em ações legislativas concretas. A Comissão propõe que, a partir de 2030, todos os edifícios novos devam ter emissões nulas. Para tirar partido do potencial de ação mais rápida no setor público, todos os novos edifícios públicos devem ter emissões nulas já a partir de 2027. Tal significa que os edifícios devem consumir pouca energia, utilizar, tanto quanto possível, energia produzida a partir de fontes renováveis, não produzir emissões de carbono in loco provenientes de combustíveis fósseis e indicar no certificado de desempenho energético o potencial de aquecimento global em função das emissões ao longo de todo o ciclo de vida.

No que diz respeito às renovações, são propostas novas normas mínimas de desempenho energético a nível da UE, que exigem a **renovação de 15 % do parque imobiliário com o pior desempenho energético de cada Estado-Membro**. Este terá de passar, no certificado de desempenho energético, da classe G para, pelo menos, F, até 2027, para os edifícios não residenciais, e até 2030, para os edifícios residenciais. A tônica inicial nos edifícios com um desempenho mais baixo cumpre o duplo objetivo de maximizar o potencial de descarbonização e de reduzir a pobreza energética.

Infraestrutura de energia: Eurodeputados chegam a acordo com o Conselho

As regras atualizadas para [selecionar](#) os projetos de energia que receberão apoio da UE foram acordadas informalmente entre os eurodeputados e a Presidência eslovena do Conselho. O projeto de legislação estabelece os critérios e a metodologia para a seleção de projetos de energia de interesse comum (PICs), como linhas de transmissão de alta tensão, dutos, instalações de armazenamento de energia ou redes inteligentes, que beneficiariam de procedimentos administrativos rápidos e seriam elegíveis para receber Fundos da UE. O objetivo é alinhar o regulamento existente com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Durante as negociações, os eurodeputados apoiaram o financiamento do desenvolvimento de infraestruturas de hidrogénio, bem como a captura e armazenamento de carbono. Os projetos elegíveis também devem impulsionar a integração do mercado e aumentar a segurança do abastecimento, diz o texto acordado. Os projetos selecionados terão de ajudar os países da UE a abandonar os combustíveis fósseis sólidos como o carvão, a lenhite, a turfa e o xisto betuminoso. Os eurodeputados garantiram financiamento para projetos que reaproveitam as infraestruturas de gás natural existentes para o transporte ou armazenamento de hidrogénio durante um período de transição. Estes projetos seriam elegíveis para receber assistência financeira da UE até 31 de dezembro de 2027. Os eurodeputados também garantiram um envolvimento mais forte das partes interessadas no planeamento de infraestruturas transfronteiriças, no processo de seleção de PIC e uma representação mais ampla de diferentes setores nas consultas. Os mesmos também pressionaram para impulsionar projetos *offshore* de energia renovável e facilitar a sua integração nas redes da UE com a meta de atingir os objetivos de neutralidade climática da UE e o objetivo de 300 GW.

Erasmus+: Um sucesso em 2020, apesar das restrições

O relatório anual de 2020 do programa Erasmus+, [mostra](#) que o programa apoiou quase 640 mil experiências de aprendizagem no estrangeiro no ano passado e financiou 20 400 projetos e 126 mil organizações, apesar da pandemia de COVID-19. A transição súbita para a aprendizagem em linha demonstrou a importância de soluções digitais à distância para o ensino e a aprendizagem. O Erasmus+ continua a desempenhar um papel vital na preparação de pessoas e organizações, e disponibilizou 200 milhões de euros no ano passado especificamente para a transição digital. Em 2020, o orçamento total do Erasmus+ ascendeu a 3,78 mil milhões de euros — mais 506 milhões de euros do que 2019, um aumento de 15 %. Após 33 anos de execução, o Erasmus+ continua a ser resiliente, mesmo no contexto difícil de 2020, apoiando um total de 11,7 milhões de participantes desde o seu lançamento em 1987. Em 2020, as alianças das Universidades Europeias continuaram a crescer, incluindo agora 280 instituições de ensino superior em toda a Europa. As Universidades Europeias são alianças transnacionais que aumentam a qualidade e a atratividade do ensino superior europeu e fomentam uma cooperação a longo prazo profunda e estratégica entre instituições, beneficiando os seus estudantes, professores e outro pessoal.



Eurodeputados exortam os Estados-Membros a procederem à vacinação da população contra COVID-19

A resposta mais eficaz ao ressurgimento da COVID-19 é a vacinação, dizem os eurodeputados, abordando o principal tema da agenda do Conselho Europeu. Num debate em sessão plenária com a Presidente da Comissão Europeia, von der Leyen e a Presidência Eslovena, [insistiram](#) que a vacinação continua a ser a arma mais forte e promissora disponível contra a pandemia. Esforços adicionais são necessários para superar a hesitação da vacina e aumentar o número de pessoas vacinadas na Europa e no mundo, enfatizaram. A maioria dos eurodeputados expressou a necessidade de combater o aumento da desinformação em toda a Europa, através de uma maior transparência e comunicação baseada na ciência. Mesmo que muitos membros reconheçam a UE como campeã da solidariedade global, outros notaram que os esforços atuais para distribuir vacinas para o resto do mundo não são suficientes e que os direitos humanos são uma consideração vital para lidar com a pandemia.

Avaliação das tecnologias da saúde: Comissão congratula-se com a adoção de novas regras para melhorar o acesso a tecnologias inovadoras

Foi [adotado](#) o regulamento relativo à avaliação das tecnologias da saúde (ATS), que tinha sido anunciado no âmbito da Estratégia Farmacêutica da UE. As novas regras permitirão que as tecnologias da saúde vitais e inovadoras, tais como medicamentos inovadores, determinados dispositivos médicos, equipamento médico e métodos de prevenção e tratamento, estejam mais amplamente disponíveis. O regulamento irá também assegurar a utilização eficiente dos recursos, reforçar a qualidade da ATS em toda a UE e evitar que os organismos nacionais de ATS e a indústria dupliquem os seus esforços, contribuindo para tranquilizar as empresas e assegurar a sustentabilidade a longo prazo da cooperação da UE em matéria de ATS. O regulamento será aplicável a partir de janeiro de 2025, mas os trabalhos de execução começam agora, incluindo a criação da estrutura de governação e a elaboração dos documentos preparatórios necessários para assegurar a sua aplicação efetiva a partir dessa data. O regulamento substitui o atual sistema de cooperação entre os Estados-Membros com base em projetos financiados pela UE em matéria de avaliação das tecnologias da saúde, introduzindo um quadro permanente para o trabalho conjunto que abrangerá igualmente consultas científicas conjuntas, a identificação de tecnologias da saúde emergentes e a cooperação voluntária, bem como o trabalho em matéria de avaliações clínicas conjuntas. O regulamento respeita plenamente a responsabilidade dos Estados-Membros pela gestão dos seus serviços de saúde, nomeadamente no âmbito da fixação de preços e dos reembolsos.

Comissão Europeia garante maior rapidez nas entregas de doses de vacinas aos Estados-Membros

A Comissão Europeia [chegou](#) a um acordo com a Moderna para acelerar a entrega da sua vacina de ARNm aos Estados-Membros da UE que têm uma necessidade a curto prazo, em particular a Alemanha. A Moderna concordou em antecipar a entrega de 10 milhões de doses até dezembro, para a Alemanha. Isso equivale a 20 milhões de pessoas a receber o reforço - já que apenas meia dose é usada para o mesmo. Além disso, a Moderna entregará 25 milhões de doses extras à Alemanha no primeiro trimestre de 2022 - o equivalente a 50 milhões de reforços adicionais. Uma nova aceleração das entregas pela Moderna está a ser preparada para o primeiro trimestre de 2022, em benefício de outros Estados-Membros. A União Europeia garantiu doses de vacinas suficientes para vacinar todos os europeus, incluindo crianças. Até à data, mais de mil milhões de doses foram entregues aos Estados-Membros da UE. Tendo em conta o rápido aumento das infeções devido à variante *Ómicron* e a necessidade de aumentar a vacinação, incluindo reforço, a Comissão está a trabalhar com os fabricantes para acelerar ainda mais a distribuição de doses de vacinas aos Estados-Membros que necessitem de doses adicionais a curto prazo.



UE promove iniciativas da Organização Mundial do Comércio sobre Comércio e Ambiente

A União Europeia [comprometeu-se](#) a aumentar o papel do comércio na luta contra as alterações climáticas e na proteção do ambiente. Assinou três novas iniciativas para intensificar a ação conjunta na Organização Mundial do Comércio, enviando um forte sinal político sobre a necessidade de uma agenda ambiental forte para o comércio. A UE e um número significativo de países da OMC vão agora trabalhar em conjunto para facilitar o comércio de bens e serviços verdes, promovendo cadeias de abastecimento sustentáveis e a economia circular. Pretendem também cooperar no combate à poluição por plásticos e aumentar a transparência dos subsídios aos combustíveis fósseis. A UE tem apoiado ativamente um maior empenho da OMC nas questões climáticas “esta é uma das nossas principais prioridades no âmbito da nova estratégia comercial da UE publicada em fevereiro de 2021”. Estas iniciativas da OMC fazem parte da abordagem geral da UE para promover a ação climática e a proteção do ambiente globalmente.

Financiamento digital: Nova estratégia da Comissão abre caminho a uma comunicação de informações para fins de supervisão moderna e simplificada

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma nova estratégia para melhorar e modernizar a comunicação de informações financeiras para fins de supervisão na UE. O principal objetivo da estratégia consiste em estabelecer um sistema que forneça dados exatos, coerentes e atempados às autoridades de supervisão a nível nacional e da UE, minimizando simultaneamente o esforço global de comunicação de informações das instituições financeiras. Em última instância, tal beneficiará os cidadãos graças a uma supervisão mais eficiente e flexível que assegura a estabilidade do sistema financeiro, a integridade do mercado e a proteção dos investidores. Ajudará igualmente as empresas, reduzindo os encargos com a comunicação de informações quando possível. Esta estratégia contribuirá diretamente para os objetivos da Estratégia Europeia para os Dados e do pacote Finança Digital que visam a promoção da inovação digital na Europa. Ademais, esta estratégia contribui para os objetivos de uma União dos Mercados de Capitais e ajuda a alcançar um mercado único dos serviços financeiros. A estratégia apresentada visa dar resposta aos desafios decorrentes do aumento do volume e da complexidade dos dados necessários para supervisionar o sistema financeiro e tem por base as conclusões de um balanço de qualidade abrangente das obrigações de comunicação de informações para fins de supervisão da UE, constantes da legislação do setor financeiro da UE. Nesse balanço de qualidade, a Comissão concluiu que as atuais obrigações de comunicação de informações da legislação da UE são necessárias e que parecem eficazes no que respeita à apresentação dos dados necessários aos supervisores. Contudo, existem ineficiências nas definições relativas a várias obrigações de comunicação de informações e na forma como os dados são recolhidos.

Comércio de marfim: a Comissão atualiza as regras para acabar com a maioria das formas de comércio de marfim na UE

A Comissão Europeia [adotou](#) novas medidas com o objetivo de proibir efetivamente a maioria das formas de comércio de marfim da UE, conforme anunciado na Estratégia de Biodiversidade para 2030. As novas medidas adotadas reafirmam e cumprem o compromisso da UE de tomar novas medidas contra a caça furtiva de elefantes e o tráfico de marfim a nível mundial. Este passo adicional vem após a adoção da Comissão de uma proposta para uma nova diretiva da UE que reprime os crimes ambientais. As orientações revistas da Comissão sobre o regime da UE que rege o comércio de marfim, adotadas, dão seguimento às medidas já adotadas no âmbito do Plano de Ação da UE contra o Tráfico de Animais Selvagens para erradicar o marfim ilícito do mercado da UE. Suspende o comércio de marfim bruto no mercado da UE, exceto para o propósito exclusivo de reparar objetos que contenham marfim antigo.



Economia

NextGenerationEU: Comissão Europeia lança grelha de avaliação da recuperação e resiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) uma grelha de avaliação da recuperação e resiliência, uma plataforma pública em linha para mostrar os progressos realizados na execução global do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e dos planos nacionais de recuperação e resiliência. A grelha de avaliação é, antes de mais, um instrumento para divulgar, de forma transparente, informações aos cidadãos da UE sobre a execução do MRR. Servirá igualmente de base para a elaboração dos relatórios anuais da Comissão sobre a execução do MRR e do relatório de revisão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, bem como para o diálogo sobre recuperação e resiliência entre o Parlamento e a Comissão. O *site* da grelha de avaliação da recuperação e resiliência contém secções dedicadas ao cumprimento dos objetivos intermédios, às metas e aos pagamentos do MRR. Contém igualmente de dados específicos compilados pela Comissão, tais como as despesas por domínio de intervenção e a repartição das despesas entre os domínios ecológicos, digitais e sociais no âmbito do Mecanismo. A grelha de avaliação fornece igualmente informações qualitativas através de análises temáticas sobre a execução dos planos em domínios de intervenção específicos.



Mobilidade

Novas propostas no domínio dos transportes visam uma maior eficiência e sustentabilidade das viagens

Para apoiar a transição para uma mobilidade mais limpa, mais ecológica e mais inteligente, em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão Europeia [adotou](#) quatro propostas que irão modernizar o sistema de transportes da UE. Ao aumentar a conectividade e ao transferir mais passageiros e mercadorias para os caminhos de ferro e para as vias navegáveis interiores, ao apoiar a implantação de pontos de carregamento, as infraestruturas de abastecimento alternativas e novas tecnologias digitais, ao colocar maior ênfase na mobilidade urbana sustentável e ao facilitar a escolha de diferentes opções de transporte num sistema de transporte multimodal eficiente, as propostas colocarão o setor dos transportes no bom caminho para reduzir as suas emissões em 90 %. Trata-se do segundo pacote de propostas para apoiar a transição para transportes mais limpos e mais ecológicos, na sequência da publicação da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão, em dezembro de 2020. A estratégia é um roteiro que orienta o setor para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

Schengen: novas regras para tornar o espaço sem controlos nas fronteiras internas mais resiliente

A Comissão Europeia [propôs](#) regras atualizadas para reforçar a governação do espaço Schengen. As alterações específicas reforçarão a coordenação a nível da UE e dotarão os Estados-Membros de melhores instrumentos para fazer face aos desafios que surgem na gestão tanto da fronteira externa comum da UE como das fronteiras internas dentro do espaço Schengen. A atualização das regras visa garantir que a reintrodução de controlos nas fronteiras internas continue a ser uma medida de último recurso. Com base nas lições tiradas da pandemia de COVID-19, as novas regras introduzem também instrumentos comuns para gerir mais eficazmente as fronteiras externas em caso de crise de saúde pública. A instrumentalização dos migrantes é igualmente abordada nesta atualização das regras de Schengen, bem como numa proposta paralela de medidas que os Estados-Membros poderão tomar nos domínios do asilo e do regresso em situações deste tipo. No espaço Schengen vivem mais de 420 milhões de pessoas, em 26 países. A supressão dos controlos nas fronteiras internas entre os Estados Schengen faz parte integrante do modo de vida europeu: quase 1,7 milhões de pessoas residem num Estado Schengen e trabalham noutro. As pessoas construíram as suas vidas em torno das liberdades oferecidas pelo espaço Schengen, e 3,5 milhões de cidadãos atravessam diariamente as fronteiras entre Estados Schengen. A fim de reforçar a resiliência do espaço às ameaças graves e adaptar as regras de Schengen aos desafios em constante evolução, a Comissão anunciou, no seu Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, apresentado em setembro de 2020, bem como na Estratégia de junho de 2021 «Rumo a um espaço Schengen mais forte e mais resiliente», que proporia a revisão do Código das Fronteiras.



Diplomacia e Política Externa

Europa global: UE lança um programa global de 1,5 mil milhões de euros para apoiar organizações da sociedade civil

A Comissão Europeia [adotou](#) o programa *Global Europe Civil Society Organizations*, no valor de 1,5 mil milhões de euros para o período de 2021–2027. O financiamento apoiará especificamente organizações da sociedade civil fora da UE, como atores independentes da governação e do desenvolvimento por direito próprio e empenhamento em contribuir para processos democráticos inclusivos, participativos e melhores resultados de desenvolvimento. As organizações da sociedade civil são vitais para a garantia dos direitos humanos, do Estado de Direito, da democracia e da estabilidade. Ajudam a conceber e implementar políticas e programas externos da UE de forma a ir ao encontro das necessidades das pessoas, reduzir as desigualdades e cumprir o compromisso central da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás. O programa de Organizações da Sociedade Civil da Europa Global reconhece o papel crucial que as organizações da sociedade civil desempenham e as limitações crescentes que enfrentam globalmente. O espaço da sociedade civil nos países parceiros tem diminuído cada vez mais, especialmente no contexto da pandemia do coronavírus.

Parlamento Europeu exige que a Rússia retire as forças militares que ameaçam a Ucrânia

A UE deve estar pronta a enviar à Rússia um sinal muito forte de que as hostilidades militares não só serão inaceitáveis, como também [terão](#) um elevado preço económico e político, diz o PE. Numa resolução aprovada com 548 votos a favor, 69 contra e 54 abstenções, o Parlamento Europeu (PE) condena o atual grande reforço militar russo ao longo das fronteiras com a Ucrânia, exigindo que a Rússia “retire imediata e plenamente as suas forças militares” e ponha fim à sua ameaça contra a integridade territorial ucraniana, que tem um efeito desestabilizador em toda a região. A concentração militar russa também representa uma ameaça à paz, à estabilidade e à segurança globais da Europa, notam os eurodeputados, que consideram os recorrentes reforços militares russos na fronteira ucraniana “um instrumento para forçar concessões políticas do Ocidente em detrimento da Ucrânia”. Com as aspirações da Ucrânia de aderir à NATO em mente, o PE afirma que a escolha de alianças por parte de qualquer país não deve estar sujeita à aprovação de um país terceiro e rejeita quaisquer tentativas da Rússia de incluir alguns países na sua “esfera de influência” para moldar o seu futuro.

Países e territórios ultramarinos: Cooperação intensificada para a prosperidade verde e desenvolvimento de competências

A Comissão está atualmente a [reforçar](#) a sua parceria com os [Países e Territórios Ultramarinos](#) (PTU), que têm ligações constitucionais com a Dinamarca, a França e os Países baixos, com base em domínios prioritários fixados de comum acordo. Para apoiar esta cooperação, a Comissão adotou uma contribuição financeira de 385,4 milhões de euros para o período 2021-2027, a fim de apoiar parcerias assentes nas prioridades fixadas de comum acordo com dez PTU: Aruba, Polinésia Francesa, Terras Austrais e Antárticas Francesas, Gronelândia, Nova Caledónia, Saba, São Bartolomeu, São Pedro e Miquelão, Santo Eustáquio e São Martinho, bem como um programa PTU regional para o Pacífico.

Serão criadas, de comum acordo com as autoridades dos PTU, novas parcerias que incluirão projetos destinados a contribuir para melhorar a aprendizagem e as competências (Gronelândia), a digitalização (Aruba), a gestão dos recursos hídricos (Polinésia Francesa) e a produção de energia limpa (Nova Caledónia, Saba e São Martinho), bem como o turismo cultural respeitador da natureza (São Pedro e Miquelão), a agricultura sustentável (Santo Eustáquio, Pacífico), a gestão dos riscos de catástrofes (São Bartolomeu) e a proteção dos habitats naturais e dos oceanos (Terras Austrais e Antárticas Francesas). A UE criará também, em 2022, uma Associação de Jovens da UE e dos PTU.

As prioridades acordadas estão em sintonia com a Agenda das Nações Unidas para 2030, o Acordo de Paris e as prioridades fixadas pela UE, como o Pacto Ecológico e a Agenda Digital. Além disso, muitas destas prioridades contribuirão também para uma aplicação eficaz da [estratégia Global Gateway](#).



Pacto Ecológico Europeu: Comissão propõe fortalecer a proteção do ambiente por via do direito penal

A Comissão Europeia [adotou](#) uma proposta de uma nova diretiva da UE para reprimir os crimes ambientais, cumprindo um compromisso fundamental do Pacto Ecológico Europeu. A proposta pretende tornar a proteção do ambiente mais eficaz, obrigando os Estados-Membros a tomar medidas de direito penal. Este define novos crimes ambientais, estabelece um nível mínimo para sanções e fortalece a eficácia da cooperação policial. Também obriga os Estados-Membros a apoiar e assistir as pessoas que denunciam infrações ambientais e a cooperar com a sua aplicação. Esta proposta ajudará a proteger a natureza e os recursos naturais, bem como a saúde pública e o bem-estar. A proposta define novas infrações criminais ambientais da UE, incluindo o comércio ilegal de madeira, a reciclagem ilegal de navios ou a captação ilegal de água. Além disso, a proposta clarifica as definições existentes de infrações penais ambientais, proporcionando uma maior segurança jurídica. A Comissão propõe a definição de um denominador mínimo comum para as sanções por crimes ambientais. Sempre que a infração cause ou seja suscetível de causar a morte ou lesões graves a qualquer pessoa, os Estados-Membros têm de prever, pelo menos, uma pena de prisão até dez anos. O projeto de diretiva também propõe sanções adicionais, incluindo a restauração da natureza, exclusão do acesso ao financiamento público e procedimentos de contratação ou a retirada de licenças administrativas. A proposta visa também tornar as investigações e processos penais relevantes mais eficazes. Oferece apoio a inspetores, polícia, promotores e juizes por meio de treino, instrumentos de investigação, coordenação e cooperação, bem como melhor recolha de dados e estatísticas. A Comissão propõe que cada Estado-Membro desenvolva estratégias nacionais que garantam uma abordagem coerente a todos os níveis de aplicação e a disponibilidade dos recursos necessários. A proposta ajudará na investigação e ação penal transfronteiras. Os crimes ambientais afetam frequentemente vários países (por exemplo, o tráfico ilícito de vida selvagem) ou têm efeitos transfronteiriços (por exemplo, no caso de poluição do ar, da água e do solo além das fronteiras). As autoridades policiais e judiciais só podem combater esses crimes quando trabalham juntas além das fronteiras.



Digital Services Act: um espaço online mais seguro para os usuários, regras mais rígidas para plataformas

Os eurodeputados [votaram](#) em novas regras para combater o conteúdo ilegal, para garantir que as plataformas são responsabilizadas pelos seus algoritmos e melhores práticas de moderação de conteúdo. O Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores adotou a sua posição sobre a proposta da Lei dos Serviços Digitais (DSA). A DSA definirá regras claras de responsabilidade e prestação de contas para provedores de serviços intermediários e, em particular, plataformas online, como a comunicação social e os mercados. As plataformas online muito grandes (VLOPs) estarão sujeitas a obrigações específicas devido aos riscos que representam na disseminação de conteúdos ilegais e prejudiciais. Este projeto de lei visa criar um espaço digital mais seguro no qual os direitos dos utilizadores são protegidos, inclusive por meio de regras para combater bens, serviços ou conteúdos ilegais online, aumentar a responsabilidade e transparência de algoritmos e lidar com moderação de conteúdo. Incluir disposições sobre avaliações de risco, medidas de mitigação de risco, auditorias independentes e os chamados "sistemas de recomendação" (algoritmos que determinam o que os utilizadores veem) na DSA também ajudaria a combater conteúdo prejudicial (que pode não ser ilegal) e a disseminação de desinformação.

Comissão investe mais de mil milhões de euros na conectividade inovadora e segura ao abrigo do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [adotou](#) o primeiro programa de trabalho da vertente digital do Mecanismo Interligar a Europa (MIE Digital), que define o âmbito e os objetivos das ações apoiadas pela UE, necessárias para melhorar as infraestruturas de conectividade digital da Europa em três anos. Estas ações irão receber um financiamento de mais de mil milhões de euros (2021-2023). O MIE Digital, através da promoção de investimentos públicos e privados, fomentará projetos de conectividade de interesse comum para a UE e a implantação de uma infraestrutura segura, protegida e sustentável de elevado desempenho, incluindo redes Gigabit e 5G em toda a UE. A melhoria da infraestrutura de conectividade da Europa será fundamental para concretizar a transformação digital da Europa, tal como referido no «Guia para a Década Digital», e para garantir que todos agregados familiares da UE disponham de conectividade a gigabits e 5G até 2030.

Painel Europeu de 2021 sobre o Investimento na I&D Industrial permanece sólido nos setores das TIC, da saúde e do ambiente

Segundo o novo [Painel Europeu sobre o Investimento na I&D Industrial](#), não obstante um contexto económico mundial difícil, as empresas da UE [aumentaram](#) os seus investimentos na investigação e desenvolvimento (I&D) nos setores da saúde e dos serviços TIC. A UE continua a ser um dos líderes mundiais em matéria de tecnologia de patentes ecológicas de elevado valor e de patentes ecológicas para as indústrias com utilização intensiva de energia, o que reflete a sua transição para a neutralidade climática.

Especificamente, as empresas com sede na UE aumentaram os seus investimentos em I&D nos setores da saúde (10,3%) e nos serviços TIC (7,2%), muito embora a um ritmo mais lento do que as empresas americanas e chinesas. No entanto, pela primeira vez em dez anos, o investimento total das empresas da UE em I&D registou uma diminuição, principalmente devido ao enfraquecimento da I&D nos setores automóvel, aeroespacial e da defesa. Em 2020, as empresas da UE reduziram a totalidade dos seus investimentos em I&D em 2,2%. Em contrapartida, algumas empresas americanas e chinesas aumentaram os seus investimentos na I&D em 9,1 % e 18,1 %, respetivamente. Durante a pandemia, algumas empresas americanas e chinesas alargaram a sua percentagem de I&D em determinados setores, como a saúde: 17,9 %; China: 30,7%), serviços TIC (Estados Unidos: 12,4 %; China: 21,2 %), serviços TIC (Estados Unidos: 7,8 %; China: 11,5 %;



Juventude

Ano Europeu da Juventude 2022 para capacitar os jovens

O Parlamento [confirmou](#) a decisão de organizar atividades e iniciativas voltadas para a juventude e voltadas para a juventude em todos os estados membros em 2022. O Ano Europeu da Juventude 2022 terá como foco o restabelecimento de uma perspetiva positiva para os jovens europeus afetados negativamente pelo impacto da pandemia COVID-19. A designação de 2022 como um ano centrado nos jovens significa que serão envidados esforços acrescidos para incluir as prioridades da juventude nas áreas políticas relevantes da UE e a todos os níveis do processo de tomada de decisão da UE. Os eurodeputados apoiaram a decisão por 604 votos a favor, 25 contra e 68 abstenções. O EYY terá como objetivo envolver os jovens em processos de consulta essenciais, como a Conferência sobre o Futuro da Europa, e em outras políticas públicas a nível da UE, nacional e local. Graças ao impulso dos deputados ao Parlamento Europeu, será dada especial atenção aos jovens com menos oportunidades e ao tratamento de questões de saúde mental. O Ano Europeu da Juventude incluirá conferências, iniciativas que promovam a participação dos jovens na formulação de políticas, campanhas de sensibilização para uma UE mais inclusiva, ecológica e digital, bem como estudos e investigação sobre a situação em que se encontram os jovens da União.



Conselho, Parlamento Europeu e Comissão Europeia

Instituições da UE definem prioridades para 2022 para uma UE resiliente e revigorada

Os líderes das instituições da UE [assinaram](#) uma declaração conjunta que identifica as principais prioridades legislativas para 2022 e saudaram os progressos nas prioridades de 2021. O presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o primeiro-ministro esloveno Janez Janša, em nome da Presidência do Conselho, e a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, assinaram a Declaração Conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2022. A Declaração estabelece uma visão partilhada das instituições para uma Europa transformada e mais resiliente. Demonstra a determinação das instituições em permitir que a UE saia mais fortalecida da pandemia COVID-19 e das dramáticas consequências das alterações climáticas entre outras crises globais. A Declaração Conjunta destaca as principais propostas legislativas que estão atualmente nas mãos dos legisladores ou que serão apresentadas pela Comissão Europeia no outono de 2022. Esta obriga as três instituições a dar a máxima prioridade a um conjunto de iniciativas destinadas a concretizar o Pacto Ecológico Europeu, alcançar uma Europa adequada à era digital, criar uma economia que funcione para as pessoas, fazer avançar uma Europa mais forte no mundo, promover o nosso modo de vida europeu e proteger e reforçar a nossa democracia, defendendo os valores europeus comuns. As três instituições pretendem alcançar o máximo de progresso possível nas iniciativas incluídas na Declaração Conjunta até ao final de 2022.



Outras Instituições

Relatório do Tribunal de Contas Europeu sobre o setor do turismo

No [Relatório Especial 27/2021: Apoio da UE ao turismo: é necessário renovar a orientação estratégica e melhorar o método de financiamento](#)", o Tribunal de Contas Europeu (TCE) [recomenda](#) a definição duma nova estratégia para o turismo na UE. «A UE é a região mais visitada do mundo: em 2019, cerca de 37% do total de chegadas de turistas internacionais tiveram a União como destino. Porém, o apoio da UE ao turismo precisa de uma nova orientação estratégica.». O TCE constatou que os projetos relacionados com o turismo financiados no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) obtiveram resultados desiguais: alguns eram sustentáveis e contribuíram para fomentar a atividade turística na região, enquanto outros tiveram apenas um impacto reduzido. Em vários casos, a má qualidade do planeamento e dos procedimentos de seleção de projetos levaram a que estes vissem o seu âmbito reduzido e registassem derrapagens orçamentais e atrasos. As situações em que o TCE constatou exemplos de financiamento da UE ao turismo com impacto menos positivo do que o esperado se deveram sobretudo a três razões: os projetos que beneficiaram de financiamento foram realizados de forma isolada em relação a outras infraestruturas turísticas; não foram feitos esforços suficientes para promover eficazmente os projetos; a infraestrutura apoiada foi utilizada principalmente pela comunidade local e não por turistas.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#).



Em aberto



Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC –

[Conselho Europeu de Investigação](#) | [ESA – Agência Espacial Europeia](#) | [EUA – Estados Unidos da América do Norte](#) | [FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | [FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | [FEI – Fundo Europeu de Investimento](#) | [FEIE – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | [GEE – Gases com Efeito de Estufa](#) | [GPS – Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | [IA – Inteligência Artificial](#) | [ICCAT – Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | [IMO – Organização Marítima Internacional](#) | [JRC – Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | [OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | [ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | [OMC – Organização Mundial do Comércio](#) | [OMS – Organização Mundial de Saúde](#) | [ONU – Organização das Nações Unidas](#) | [PAC – Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!